

# CIDADANIA DEMOCRÁTICA E HOMOSSEXUALIDADES: COMUNICAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS

## *HOMOSEXUALITIES AND DEMOCRATIC CITIZENSHIP: COMMUNICATION TO COMBAT VIOLENCE AGAINST WOMEN LESBIAN*

*Daniela Auad<sup>1</sup>*

*Cláudia Regina Lahni<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

Ao tomar como fio condutor uma situação de homofobia contra mulheres lésbicas, o artigo debate a temática da cidadania democrática e das homossexualidades, a partir da consideração da centralidade da comunicação e da importância da visibilidade para colocar em questionamento a heteronormatividade, esta como regra produtora da homossexualidade como desvio. Na perspectiva de assegurar a igualdade e com certeza da importância da comunicação nessa construção, são tecidas, ao longo do texto, considerações sobre

determinadas ações de comunicação, no Brasil e no exterior. Segundo postula-se no presente artigo, garantir o direito à comunicação pode concorrer para o respeito à diversidade das identidades produzidas e reveladas tanto pelas especificidades das categorias sociais, quanto pela rica alquimia destas. Desta forma, o texto propõe reflexões que representam a intersecção de saberes advindos das Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas, com a finalidade de contribuir para a construção de Políticas Igualitárias que considerem, no combate às desigualdades, as categorias gênero,

---

<sup>1</sup> Professora Adjunto 4 da Universidade Federal de Juiz de Fora, na Faculdade de Educação. Pós-doutora em Sociologia pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), doutora em Educação pela USP (Universidade de São Paulo). E-mail: [auad.daniela@gmail.com](mailto:auad.daniela@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação. Pós-doutora em Comunicação na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). E-mail: [lahni.cr@gmail.com](mailto:lahni.cr@gmail.com)

classe, raça, orientação sexual e geração.

**Palavras-chave:** Mulheres Lésbicas, Comunicação, Violência Contra a Mulher, Relações de Gênero, Homofobia.

**Abstract:**

By taking a situation as a thread of homophobia against lesbians, this article focuses on the issue of democratic citizenship and homosexuality, from the consideration of the centrality of communication and the importance of visibility to put into question the heteronormativity, as this rule produces the homosexuality as a deviation. In view of ensuring equal and certainly the importance of communication

*“Vocês, com esse amor de pica, ainda vão se fer-  
rar! Um péssimo Natal para vocês!”*. Essa foi a ma-  
neira como a secretária de um curso de Pós-Gradua-  
ção de uma Universidade Federal na Região Sudeste  
desejou Feliz Natal para duas professoras da mesma  
Instituição de Ensino Superior, quando essas estavam  
acompanhadas de sua filha de 04 anos, no ambiente de  
uma padaria. A polissêmica frase, dita aos brados e em

in this construction, are woven throughout the text,  
certain considerations on communication actions, in  
Brazil and abroad. Second is postulated in this article,  
guarantee the right to communicate can contribute to  
respect for the diversity of identities produced and  
revealed both by the specific social categories, such  
as the rich alchemy. The text proposes reflections  
that represent the intersection of knowledge coming  
of Humanities and Applied Social Sciences, in order  
to contribute to the construction of Equitable Policies  
to consider, in combating inequalities, the categories  
gender, class, race, orientation sex and generation.

**Keywords:** Lesbian Women, Communication,  
Violence Against Women, Gender Relations,  
Homophobia.

tom rude, buscaria desmerecer o amor entre mulhe-  
res e, ao mesmo tempo, desmerecer as uniões que têm  
como base o sexo? Fez-se menção ao falo, tão valori-  
zado usualmente, para desprestigiar o amor que aca-  
baria quando – como se diz popularmente e de modo  
chulo – a “pica gastasse”, quando acabasse a graça do  
sexo entre as duas mulheres lésbicas? De uma forma  
ou de outra, certo está que havia na frase, dita em tom

ofensivo, o desmerecimento das uniões entre mulheres, sejam elas por amor, por sexo ou por ambos. Tão assertivas quanto homofóbicas, fato é que as frases foram gritadas após as docentes terem buscado dialogar com a secretária, diálogo sobre a maneira como uma das docentes vinha sendo assediada moralmente no âmbito da Faculdade na qual leciona, há mais de dez anos, como docente concursada e permanente.

Diante da situação de violência, fez-se Boletim de Ocorrência e o Sindicato no qual as docentes eram filiadas as auxiliou com advogado, uma vez que processo na justiça corre, até que se decida se será cumprida a Lei Municipal que pune Homofobia e está em vigor, desde maio do ano 2000, na cidade em que se deu tal episódio.

A despeito do que o Judiciário poderá decidir diante da matéria, homofobia ou – para horror daquelas e daquelas que acreditam na defesa dos Direitos Humanos – “mero aborrecimento”, fato é que tal situação pode servir para suscitar o debate sobre a especificidade da violência contra a mulher quando os sujeitos envolvidos são mulheres lésbicas. Nesses casos, como em outros, mas de maneiras específicas, a invisibilidade e o silenciamento podem contribuir para

aumentar o preconceito contra elas e tornar comuns e banais as situações de violência verbal e psicológica, como a narrada acima.

Nesse contexto, “aceitar” casais homossexuais na vida institucional das Universidades, Escolas e Empresas jamais será suficiente para que se atinja o exercício pleno da Cidadania Democrática. Na atualidade, da maneira como vivenciamos as lesbianidades nos espaços públicos, a *mixité*<sup>3</sup> *pode aprofundar as desigualdades, pois sem programas de igual valorização a todas as orientações sexuais, a todos os modelos de casais e de famílias, se acaba por reforçar o preconceito nas práticas cotidianas.*

Já se comemora a diversidade do corpo docente, do grupo de funcionários, do alunado, mas por vezes, trata-se do equivocado uso da noção de diversidade que coloca (quase) todos e (quase) tudo na mesma condição de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, os mais tradicionais anseios feministas, as mais urgentes necessidades por igualdade racial, os mais justos

<sup>3</sup> Trata-se da expressão francesa “mixité”, apropriada pela pesquisadora Daniela Auad, em sua tese de doutorado, a partir dos estudos de Claude Zaidman. Segundo a autora, “a pesquisadora francesa ainda conceitua mixité como a coexistência de indivíduos, membros de grupos sociais diferentes, no seio de um mesmo espaço social ou institucional” (2004, p. 150).

desejos de inclusão de variados tipos, por vezes, são completamente homogeneizados sob o patrocínio do uso da palavra “diversidade” e os silenciamentos e invisibilidades das lesbianidades e das violências contra estas continuam a ocorrer diariamente, de modo a serem incorporados como usuais e cotidianos.

*Percebe-se, então, que a partir de nossos interesses acadêmicos e de nossas preocupações como ativistas, há de se tentar, por um lado, romper com o esvaziamento das palavras, com a homogeneização dos movimentos sociais e com o apagamento das identidades dos sujeitos que demandam por direitos. Por outro lado, urge esforço na direção de não nos deixar abandonar pela rejeição ao uso dos termos recorrentes ou pela fácil utilização das palavras, sem refletir sobre seus sentidos.*

*É comum encontrar, na atualidade, o uso do termo diversidade como slogan que pode reforçar a invisibilidade das minorias sociais em suas especificidades geracionais, raciais, de classe, de gênero e de orientação sexual. Desde disciplinas em cursos de graduação até em textos de políticas públicas, ambos com iniciativas e intenções pretensamente igualitárias, utiliza-se a diversidade para conferir legitimidade a*

textos e discursos que pretendem dispensar “igual tratamento” a travestis, pessoas com deficiência, negras e negros, lésbicas e gays, população de rua, transexuais e prostitutas. Naquilo que se costuma denominar como “a melhor das intenções”, são alocados como elementos de um mesmo conjunto, em uma confusa e pouco consistente intersecção, o que é árduo objeto, precisa temática e íntegro foco de distintos e variados Movimentos Sociais e múltiplos Grupos de Pesquisa.

Assim, cumpre destacar, que, no escopo do presente artigo, ao utilizar o termo diversidade faz-se referência a uma maneira de perceber como as diferenças hierarquizadas são construídas a partir da combinação da categoria gênero ora com raça, ora com geração, ora com classe social, ora com orientação sexual. Seja em uma perspectiva de intersecção, seja diante da noção de alquimia<sup>4</sup> das categorias sociais (CASTRO, 1992), a perspectiva sobre a diversidade adotada no

---

<sup>4</sup> A palavra alquimia é adotada no presente texto, inicialmente, por força da citação do texto de Mary Castro, intitulado *Alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos políticos* (1992). Tal adoção é potencializada e fundamentada pela ideia de mistura de elementos que, ao ocorrer, transforma cada um deles, de modo a torná-los diferentes do que eram originalmente, antes de terem se misturado. Para mais referências sobre esse entendimento do termo alquimia, sobre a definição de mistura e sobre o conceito de “mixité”, pesquisar em ZAIDAN (1996), HIRATA (2000), AUAD (2003, 2006).

presente texto, pode potencializar o debate, por exemplo, sobre como são construídas, mantidas ou eliminadas as desigualdades, a partir da consideração de vulnerabilidades relacionadas às variadas maneiras de ser mulher e jovem, lésbica e negra, idosa e pobre. Cada uma dessas identidades e todas elas informam e conformam diferenciais de poder construídos em nossa sociedade. Estas diferenças hierarquizadas, usualmente, tornam as mulheres uma minoria social em relação aos homens, em variadas searas do cotidiano, como no mercado de trabalho e participação no poder. A maternidade, por exemplo, é algo que foi e é frequentemente oferecido como explicação para a exclusão das mulheres do mercado de trabalho e da participação política. Da mesma maneira, a raça foi historicamente relacionada à razão da escravização e/ou sujeição das mulheres negras. Nesses casos, os processos de diferenciação social baseados em gênero e raça produzem exclusões as quais são então justificadas em termos percebidos como biológicos (SCOTT, 2005).

Há de se ressaltar que, na presente abordagem sobre diversidade, as relações de gênero são centrais e correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, com sua história, para

atribuir significados, símbolos e diferenças desiguais para cada um dos sexos. As características biológicas atribuídas aos homens e às mulheres são interpretadas segundo as construções de gênero de cada sociedade. Ou, em outras palavras, o gênero faz com que percebamos o sexo biológico, pois as características e diferenças anatômicas são enxergadas e valorizadas do modo como são, e não de outro modo, graças à existência das relações de gênero socialmente construídas. Repetidamente praticadas, contadas e recontadas, estas relações vão ganhando a feição de “naturais”. Tais características são construídas historicamente, a partir do modo como as relações de poder entre alguns pares foram e vão se engendrando socialmente (AUAD, 2006).

#### A IMPORTÂNCIA DAS DIFERENÇAS PARA A COMPREENSÃO DA DESIGUALDADE

Um vasto conjunto de ideias e representações cria percepções binárias e naturalizadas, as quais serão utilizadas para “organizar” os sujeitos de modo a reforçar diferenças hierarquizadas, em uma desigual escala de valores. Negritude e branquitude, juventude

e velhice, riqueza e pobreza, heterossexualidade e homossexualidade são pares comumente utilizados para revelar, produzir e para analisar os fenômenos sociais, ao lado dos e em conjunto aos arranjos de gênero também polarizados entre masculino e feminino. Essas dinâmicas e processos tornam as mulheres sujeitas a específicas vulnerabilidades, as quais correspondem a um conjunto de fatores cuja interação amplia ou reduz o risco ou a proteção de uma pessoa ou de uma população em relação a uma determinada doença, condição ou dano. Assim, ser menina adolescente, negra, homossexual e moradora da periferia são exemplares de como as vulnerabilidades podem se somar e corresponder a obstáculos ao pleno desenvolvimento de um grupo populacional, causando, em última análise, e a longo prazo, um dano imenso à construção de uma sociedade que se pretende igualitária e democrática.

Manifestações dessas assertivas são fornecidas por dados recentes sobre as mulheres em variadas searas. Em 2012, o Brasil registrou a taxa média de desemprego de 5,5%, a mais baixa da História. Tais boas notícias atestam o aumento dos empregos com carteira assinada e os maiores rendimentos para trabalhadores e trabalhadoras. Apesar do desenvolvimento,

uma análise mais detida sobre os números no mercado de trabalho também revela desigualdades. Segundo o IBGE, uma mulher branca, com 11 anos de estudo ou mais, ganha algo em torno de R\$ 2,2 mil. Uma mulher negra, com a mesma escolaridade, ganha 59% do rendimento recebido pela branca. Além disso, as mulheres continuam ganhando menos que os homens. Na comparação do IBGE, enquanto as mulheres ganham em média R\$ 1.489,01, os homens já recebem R\$ 2.048,34. Mesmo sendo “mais baratas” para os empregadores, menos da metade das mulheres tem empregos, em comparação com quase quatro quintos dos homens, conforme informa o Banco Mundial.

No ano de 2012, ainda com dados extraídos da situação brasileira, o Governo Federal recuou da ideia de sancionar lei que previa punição às empresas que pagassem salário menor para as mulheres contratadas para a mesma atividade realizada pelos empregados homens. A lei seria sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, no que seria uma solenidade alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Da alusão não sobrou nem a ilusão. Nesse episódio, a opinião de empresários de todo o País pode ter sido um dos fatores de barreiras para o igual salário para o mesmo trabalho de mulhe-

res e homens. Setores representantes dos empresários reagiram contra a proposta e afirmaram que a implantação da lei poderia resultar na redução de vagas para mulheres no mercado de trabalho. Incoerente e ironicamente, no mesmo ano em que deixou de sancionar a lei, a presidenta fez pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, no qual afirmou sua “alegria de chefiar um governo que tem o maior conjunto de programas de apoio à mulher na nossa História” (AUAD, 2013).

De modo complementar e alarmante, no que se refere à situação de violência sexual contra mulheres e meninas, nas últimas décadas, há de se destacar como a violência ainda é demasiadamente difundida. Por mais que se perceba melhora, em razão da criação e implantação de legislação específica, como a Lei Maria da Penha, no Brasil, 47 mil mulheres foram atendidas pelo SUS (Sistema Único de Saúde), em 2011, como vítimas de violência. Há de se lembrar que esses são apenas os casos relatados, diante dos inúmeros silenciados. Desse total, 13 mil mulheres foram vítimas de estupro, crime que costuma não ser notificado pelas vítimas por temerem sofrer novas violências a partir da primeira, tais como linchamento moral de toda or-

dem, sem contar os constrangimentos em ambientes despreparados para atendê-las.

Assim, mesmo considerando a existência de leis avançadas, o Brasil é um dos países com maiores índices de violências contra as mulheres. Há de se considerar a violência contra as mulheres de todas as idades, raças, orientações sexuais e classes sociais como um complexo fenômeno multifacetado, sendo os eixos raça e gênero, classe e gênero, geração e gênero, orientação sexual e gênero importantes para o reconhecimento de variadas formas de violência e para o seu enfrentamento. Podem ser elementos de diferenciação, de reconhecimento e/ou de motivação de desigualdade e exclusões ser reconhecida e se reconhecer branca, negra ou indígena; heterossexual, bissexual ou homossexual; moradora da periferia, da zona rural ou do centro; idosa, jovem ou adulta. A maneira como esses elementos são considerados ou silenciados pode ser determinante tanto para o acirramento das desigualdades quanto para a construção de uma sociedade onde igualdade e diferença são colocadas a serviço da cidadania democrática. Nessa abordagem, a diversidade, entendida também como a consideração do feixe de categorias sociais, pode ampliar o debate sobre a

centralidade da comunicação, na sociedade atual, e a importância da visibilidade para a (re)configuração de identidades (HALL, 2002).

Para melhor expressar o que o presente texto defende, na perspectiva de assegurar a igualdade e com total certeza da centralidade da comunicação nessa construção, doravante são tecidas considerações sobre determinadas ações de comunicação, no Brasil e no exterior.

#### A CENTRALIDADE DA COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE

Os pares, as oposições binárias – tão constituintes também do que se conhece e se aceita como masculino e feminino – expressam a maneira como historicamente foi sendo produzida a heterossexualidade compulsória. A heterossexualidade como norma produz a homossexualidade como desvio. Não há norma sem desvio. A norma só se sustenta pela existência do desvio; a virtude pelo vício; a manutenção da saúde pela fuga de tudo quanto é socialmente percebido como doença. Esta é a matriz de um conjunto de fenômenos, da homofobia à invisibilidade lésbica, do ardente culto aos privilégios heterossexuais à negação

da bissexualidade como orientação sexual possível e praticada. Diante dessa dinâmica, “tornar-se” lésbica pode requerer a participação em comunidades e a adoção de discursos específicos. Como conta Stein, em seu *Becoming Lesbian*, assumir uma identidade lésbica envolve aproximar-se da subcultura lésbica e, ao mesmo tempo, gerenciar a comunicação dessa informação estigmatizadora para com o restante da sociedade. Essa subcultura lésbica representaria uma resistência à heterossexualidade dominante, pois se trata de um espaço diferenciado - no interior da sociedade heterocentrista -, no qual as lésbicas poderiam existir e ser elas mesmas (GOMIDE, 2007).

Mesmo com a existência desse arcabouço teórico, cuja origem se encontra em práticas disseminadas entre as mulheres, ainda hoje, absurdamente, ser chamada de lésbica ou de sapatão é algo que soa como rótulo e pode ser utilizado como insulto fundamentado na interpretação negativa de comportamentos, atitudes e posturas consideradas não adequadas para o que se espera do feminino, a partir de relações de gênero tradicionais. Nesse sentido, a ofensa citada no início do presente artigo, atribuindo o “amor de pica” a duas mulheres pode ser ofensiva em muitos aspectos.

tos. O intento de ofender pode residir na afirmação de existência de amor entre duas mulheres (sendo que o amor entre um homem e uma mulher não é usado como xingamento); na existência de prática sexual entre duas mulheres (sendo que o sexo entre uma mulher e um homem não é percebido como insulto); na atribuição simbólica de um pênis para fazer alusão a uma relação que prescinde da existência do membro masculino. Usou-se, assim, um dito popular, fazendo menção a um “amor de pica”. A secretária do Curso de Pós-Graduação, ao ofender as docentes, utilizou o dito popular, que reza o seguinte: “amor de pica fica”. Nesse sentido, a ofensa sob a forma de “praga”, contida no “...vocês vão se ferrar!”, utiliza o ditado pois entre mulheres não há o membro masculino. No sentido que se quis atribuir, a relação estaria fadada ao fracasso, de modo a residir aí o uso do tal dito popular para ofender e praguejar o casal de mulheres. A despeito das tentativas de entender os sentidos e significados de uma agressão homofóbica, dita em tom gutural, fato é que há um quadro de desvalorização de um casal de mulheres, em local público e em companhia de uma criança, filha de ambas, com 4 anos de idade, no momento da violência sofrida.

Essa conjuntura desprestigiada para as lésbicas as coloca como minorias e pensar na formação identitária desse incontável grupo de mulheres se torna tarefa primeira para aqueles e aquelas que desejam, ao considerar a diversidade, debater cidadania, direitos das mulheres, direito à comunicação e movimentos sociais. Assim, como já anunciado, o presente texto, parte do princípio da comunicação como elemento central na sociedade contemporânea; parte da percepção da mídia como espaço público. Neste *locus*, identidades são configuradas e reconfiguradas.

Conforme Stuart HALL (2002, p. 71), “a identidade está profundamente envolvida no processo de representação” que se dá principalmente a partir dos meios de comunicação de massa. A mídia é percebida, na abordagem assumida no presente texto, como responsável por mediações sociais, como reguladora da relação do indivíduo com o mundo e com seus pares e, desta maneira, como agência socializadora. Diante disso, pessoas e grupos articulam suas estratégias e políticas de visibilidade identitária, em âmbito local, nacional ou mesmo transnacional, como aponta Denise Cogo (2004). A autora menciona ações de porto-riquenhos e mexicanos, nos Estados Unidos, e

indígenas, no Brasil, no sentido de buscar visibilidade e reivindicar ofertas de sentidos junto à mídia massiva, com suas especificidades étnicas e culturais. Alexandre Barbalho (2005) reflete sobre a necessidade de atualização dos direitos, no contexto contemporâneo da importância da comunicação. Para o autor, é preciso se estabelecer políticas culturais que valorizem a diversidade, assim como é preciso ter uma atuação do Estado, no sentido da democratização da comunicação.

O reconhecimento de nossas identidades tem dois níveis. Um, de esfera privada, que tem relação com a forma como elaboramos nosso encontro com os outros. O segundo, relacionado por esse diálogo com o externo, é o da esfera pública, onde atua a política da diferença. Para Barbalho (2005, p. 35-37), “um dos pré-requisitos para que as discussões a favor do reconhecimento encontrem ressonância é, sem dúvida, a sua presença nas estruturas de comunicação”. Conforme o autor, “é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos. Então, ocupá-la torna-se a tarefa primordial da política da diferença”. Afinal, “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela

pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria”.

A noção de minoria, trabalhado por Barbalho, é definido a partir de Muniz Sodré (2005). Para este autor, são elementos distintivos daquilo que é possível ser percebido como minoria as seguintes características básicas: vulnerabilidade jurídico-social (como não ter acesso a direitos de outros grupos, tais como direito a se casar ou o direito de andar de mãos dadas sem levar uma surra); identidade *in statu nascendi*; luta contra-hegemônica; estratégias discursivas. Sodré (2005, p. 13) postula “uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada de poder [...], a mídia é um dos principais ‘territórios’ dessa luta”. O autor afirma que “estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas [...], revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente”. As formulações de Sodré sobre as minorias podem ser acompanhadas pelo que afirma Joan Scott (2005), em *O enigma da Igualdade*.

A autora assevera que é devido às diferenças de poder entre homens e mulheres que as feministas têm se referido às mulheres como uma minoria, ainda que

elas sejam mais da metade da população. Para Scott, os eventos que determinam que as minorias o fazem através da atribuição do *status* de minoria a algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário, como se essas qualidades fossem a razão e também a racionalização do tratamento desigual. A relação de causalidade é, de fato, inversa: os processos de diferenciação social produzem exclusões e sujeições que são justificadas por características percebidas no corpo das mulheres. Diante desse argumento, há de se questionar o que seria frequentemente oferecido como fator de exclusão das lésbicas.

Às mulheres lésbicas recai a diferença hierarquizada do feminino (sempre em relação ao masculino como padrão hegemônico) e, soma-se a isso, a desigualdade relativa à homossexualidade. Duplamente desviantes, porque não homem e não heterossexual, as mulheres lésbicas sofrem, na maior parte do tempo, dupla discriminação, específicas desigualdades e muita invisibilidade no que se refere aos aspectos que definem sua identidade sexual e de gênero. Nesse sentido, os processos de identificação e as políticas de reconhecimento são uma necessidade e urge a construção de múltiplos modelos. Quanto mais opções

disponíveis, mais possibilidades para exercício da sexualidade. E esse múltiplo leque também pode ser percebido como outra faceta da diversidade abordada no presente texto e comumente associada ao termo, tanto no meio acadêmico quanto no senso comum. Trata-se da existência de um número tal de modelos e padrões tanto quanto fosse a quantidade de tipos de pessoas que podem existir, onde quer que estejam e da maneira como desejarem ser. Trata-se de ter como modelo o não-modelo. Ou, o que pode ser percebido como utopia, trata-se de não ter modelo.

Por mais inatingível que pareça essa demanda, sua enunciação pode ampliar as possibilidades de visibilidade das múltiplas sexualidades e concorrer para o alcance e reconhecimento de direitos fundamentais.

## MULHERES LÉSBICAS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Como lembra a estudiosa Adriana Agostini “não é possível pensar numa identidade lésbica comum a todas as mulheres” (AGOSTINI, 2010, p. 28). Segundo o conceito da antropóloga espanhola Olga Viñuales, ao se refletir sobre lesbianidade, é preciso abor-

dar elementos tais como (1) as relações de parceria e papéis de parentesco, (2) as relações de gênero e as práticas sexuais, (3) o *coming out* (o assumir-se). Ao lado dessas três aspectos destacados há de se ressaltar que a palavra “lesbianidade” vem sendo adotada pelas organizações sociais de lesbianas em oposição ao “lesbianismo”. Este estaria associado à concepção ultrapassada de homossexualidade percebida como doença, em vigor no CID-10 (Código Internacional de Doenças) até a década de 1980. Esse breve debate pode elucidar as razões pelas quais, no presente texto, se utiliza o termo lesbianidades, cujo uso não pejorativo pode ser considerado relativamente recente.

Ao debruçar-se sobre telenovelas brasileiras e lesbianidades, Lenise Santana Borges lembra que a visibilidade conferida pela mídia a temas e acontecimentos considerados tabus tem tido diferentes interpretações. A visibilidade lésbica na mídia pode ser notada como elemento importante para a construção e circulação de novos significados sobre aquilo que é considerado proibido. Ao lado disso, há a consideração dessa visibilidade como estratégia de resistência para grupos considerados minoritários (BORGES, 2007, p. 366). Ao lado das observações de Lenise Bor-

ges, cumpre destacar que a mídia é percebida também, no âmbito da abordagem deste artigo, como um *locus* privilegiado de manutenção de significados homogeneizantes, impeditivos do reconhecimento da pluralidade existente no cotidiano das mulheres e dos homens e obstacularizador da construção da diversidade a partir da consideração das categorias gênero, classe, raça, geração e orientação sexual.

Se, por um lado, os meios de comunicação podem reforçar a heteronormatividade e outros ideários conservadores e produtores de desigualdades, por outro lado, a mídia também pode expressar ações progressistas, representar identidades plúrais, assim como construí-las, em um só tempo. As lesbianidades em ação e em construção em programas seriados de televisão, como *The L Word* e *Ellen*, são exemplares desse dinâmico processo.

Há mais de dez anos, a comédia *Ellen* se torna um marco para a visibilidade lésbica na mídia. Na série, que estreou em 1994 e ficou no ar até 1998, a protagonista Ellen Morgan, vivida pela comedianta e apresentadora Ellen DeGeneres, é dona de uma livraria e tem que tomar conta não só dos negócios, como também de toda sua família. Em 1997, no episódio

“The Puppy Episode”, ela se vê apaixonada por uma amiga. Numa atitude inesperada, ela se declara: “Susan, I’m gay!” (“Susan, eu sou gay!”). A comediante, com essa frase, não só assumiu sua homossexualidade no programa como na vida real, passando a aparecer nas revistas com sua então namorada Anne Heche. O episódio causou comoção nacional entre a comunidade lésbica norte-americana e, mais tarde, teve seu roteiro premiado pelo Emmy Awards 2007. Como influência positiva de sua atitude ao assumir sua lesbianidade, as pessoas passaram a ver mais e mais personagens homossexuais aparecendo nas séries (ASSIS, 2013). Essa presença concorre para ajudar a diminuir o preconceito, a partir do momento em que mostra os homossexuais não mais como caricaturas de seres humanos, estereotipadas e negativas, mas da forma como as pessoas simplesmente são, com seus conflitos, seus humores, suas características consideradas universais, suas pretensas particularidades e seus anseios. Ao obedecer a padrões de consumo e, portanto, mesmo não sendo muitas vezes observada, por olhares mais críticos, como a forma ideal, a visibilidade homossexual nas séries é uma realidade bem-vinda nos dias de hoje.

Quando a série *Sex and the city* chegava ao fim, na segunda quinzena de 2003, começaram a surgir informações sobre um novo programa que seria produzido pela rede de TV Showtime. Comentava-se que este também seria sobre um grupo de amigas e suas aventuras sexuais em uma cidade. Dessa vez, essas mulheres seriam um pouco diferentes das mostradas na série de Carrie e suas três amigas. O novo grupo de mulheres seria composto por mulheres lésbicas. Outros comentários surgiram quando foi exibida a campanha de marketing, na internet e na TV norte-americana, com os dizeres *Same sex, different city* (Mesmo sexo, cidade diferente). No mesmo ano, confirmou-se o que até então era suspeita, com a divulgação do nome da série: *The L Word*. A palavra com L, que se ocultava no título da novidade, era lésbica. As lésbicas ali apresentadas eram interpretadas por atrizes consideradas lindas e elegantes pelo público, em cenas sensuais divulgadas em trailers, antes do lançamento. Em dia 18 de janeiro de 2004, foi acessível à população norte-americana ver, na TV por assinatura, em menos de 1 minuto e meio de programa, um casal de lésbicas dormindo nuas em uma cama de casal, cobertas apenas por um lençol. Na cena seguinte, um beijo na boca

entre ambas comemorava o fato de uma delas estar ovulando e anunciava que era o momento ideal para fazer a inseminação artificial. Em reduzido tempo de exibição, o programa já acenava com tabus e preconceito com os quais lidaria e, por mais que as opiniões e críticas fossem diversas, fato é que pela primeira vez se produzia uma série de TV totalmente feita por, sobre e para lésbicas.

Quando começou a ser exibida nos Estados Unidos, *The L Word* causou muitos comentários negativos. As temporadas foram passando e, após seis anos, a série terminou com saldo positivo de público e de representatividade. Quando se fala em mídia internacional, não é incomum que se retrate *The L Word* como uma versão lésbica de *Sex and the city*. Essa comparação pode ser feita, inclusive, no que tange a padrões de relacionamento, de consumo, reforço e criação de modelos estéticos e noções de pertencimento de classe, de reconhecimento racial e distinção geracional.

Vale notar que as lésbicas de *The L Word*, mesmo estabelecendo relações de longo prazo em alguns momentos, ou desejando isso, não pautam seu discurso na ideia de “só ser uma mulher completa dentro de uma relação”. No enredo dos episódios, elas partem

do princípio que a orientação sexual cria uma série de inserções sociais que não poderiam ser pensadas fora desse contexto, um lugar diferenciado no mundo, cujo instrumento principal de agência é a ideia de que é bom ter este estilo de vida e que é bom estar “fora do armário” (VENCATO, 2005, p. 54).

Na série foram mostradas algumas das muitas possibilidades de ser lésbica, em variadas identidades e diversas situações. Trata-se de obra ficcional expressiva dos dilemas, escolhas, dúvidas, conquistas e vivências de muitas mulheres homossexuais contemporâneas, não apenas norte-americanas. Talvez, em razão disso, *The L Word* tenha se tornado um fenômeno da TV por assinatura e da internet ao longo de suas seis temporadas – e não só para o público lésbico. Atrizes como Jennifer Beals, Pam Grier e Mia Kirshner foram escolhidas para os papéis principais; todas elas eram heterossexuais, com uma tradição de personagens consideradas sensuais, tanto no cinema quanto na TV. A atriz Jennifer Beals havia se fixado na memória de homens e mulheres com sua famosa dança e sua atitude independente e forte de construtora civil, no clássico dos anos 80 *Flashdance* (1983). Também cantora, Pam Grier era conhecida como a querida de Quentin

Tarantino, com quem fez *Jackie Brown* (1997), uma homenagem aos vários papéis parecidos que havia interpretado nos anos 70. Mia Kirshner foi uma das vilãs de *24 Horas* (2001), no qual também interpretava uma assassina lésbica. Além delas, Karina Lombard, Erin Daniels, Lauren Holloman, Katherine Moening foram escaladas para viverem lésbicas na série. A única atriz homossexual assumida era Leisha Hailey e – justamente ela – foi convidada a viver uma bissexual, o que pode ser interpretado como uma brincadeira de “nada é o que parece ser” ou, em outras palavras, as lésbicas, as heterossexuais e as bissexuais podem todas se parecer com qualquer mulher e, ao mesmo tempo, com todas as mulheres.

A série se tornou uma potente fonte de visibilidade das lésbicas e do que pode ser denominado um movimento cultural, político e social das mulheres lésbicas, assim como de suas diversas identidades. Cabe pesquisa e nunca será demais mencionar as mulheres que conseguiram, a partir da série, aceitar sua homossexualidade e se assumir, pois se viram refletidas nas situações ali mostradas.

Bem antes das estreias oficiais em outros países e mesmo considerando problemas de acessibilidade, a

existência de internet, com conexões banda-larga e divulgação de cópias gravadas em variadas plataformas, facilitou o acesso às séries de TV. No Brasil, no que se refere à *The L Word*, uma grande parte das espectadoras e espectadores do seriado, assim como da opinião da crítica especializada, foi formada com *downloads* dos episódios, o que permitia acompanhar o seriado, de muitos lugares do mundo, simultaneamente à sua estreia em solo norte-americano. O fato das pessoas terem visto a série anteriormente pela internet não atrapalhou a audiência do canal. Ao contrário, fez centenas de fãs celebrarem quando *The L Word* começou a ser anunciada no canal latino-americano e, da mesma forma, possibilitou que criticassem o canal quando este passou a exibir uma versão cortada e com legendas com erros e ou adulterações de tradução. Após a exibição de três episódios, a Warner Channel, provavelmente motivada por pressão do público, reiniciou a exibição da série sem cortes, com legendas de qualidade condizente com as demais séries exibidas e inseriu na grade de programação um horário de reprise.

A chegada de *The L Word* ao Brasil provocou a criação de diversos *sites*, *blogs* e comunidades em redes sociais. Esses também podem ser percebidos

como ações de comunicação e tanto quanto a série ela mesma são bases que potencializam múltiplas possibilidades de identificação para mulheres homossexuais, bissexuais e heterossexuais. Tais identificações podem se dar pelas mulheres que aparecem na série e por aquelas que estão invisibilizadas. Trata-se de construir subjetividades, erigir maneiras de ser, revelar formas de sentir e enunciar permissões para estar tanto a partir das mulheres mostradas ao longo dos episódios quanto a partir das mulheres silenciadas na série. É possível, assim, afirmar que *The L Word* fez e faz diferença real e sem precedentes na conjuntura da mídia, na contemporaneidade. Como aponta Eve Sedgwick (2006), os efeitos quantitativos quanto à dramatização de mais do que um perfil de lésbica por episódio fizeram diferença qualitativa entre os telespectadores, sobretudo no que se refere à interpretação e entendimento daquilo que pode ser denominado como a realidade social no tocante às relações de gênero e diversidade sexual. Foi possível perceber variadas representações de lesbianidades ao longo das temporadas e, mesmo ao considerar essa diversidade, o seriado gira em torno de narrativas que podem aproximar as lésbicas como um único grupo, composto por incontáveis membros. Como lembra Ana

Paula Vencato (2005), são abordadas a homoparentalidade com reprodução assistida, a construção de novo núcleo familiar e relacionamento com família de origem, visibilidade e todos os desdobramentos do ato de assumir-se publicamente como lésbica e ou bissexual, conjugabilidade e práticas sexuais, homossexualidade e mercado de trabalho, homossexualidade e lazer, homossexualidade e consumo.

Enfim, por mais que seja inegável a relevância de *The L Word*, urge lembrar que as ações de comunicação descritas acima podem ser relacionadas e percebidas como continuidade ao processo expresso por Deborah Abbot e Ellen Farmer, em seu livro *Adeus, maridos* (1998), ao analisarem a relação entre o Movimento Feminista e a visibilidade lésbica, na primeira década do século XX. As autoras lembram que, neste momento histórico, pela primeira vez, a lesbianidade foi usada não para descrever atos, mas para revelar uma categoria de pessoa, valorizar uma identidade. O inédito debate público a respeito de um assunto até então proibido introduziu muitas mulheres, não só as lésbicas, ao fato de mulheres se relacionarem sexualmente com mulheres. Segundo Abbot e Farmer (1998, p. 21, 22), “as lésbicas ganharam um nome e, algu-

mas, o reconhecimento de que seus sentimentos eram reais e compartilhados por outras”.

Sem a ampla e complexa trajetória dos Feminismos, provavelmente as Lesbianidades expressas em produções como *The L Word* ainda estariam invisibilizadas e não é demais afirmar que a criação, produção, exibição e apropriações de *The L Word* podem ser debitadas nos incontáveis desdobramentos das conquistas do Movimento Feminista.

O Brasil vive prolongado momento de debate e reivindicação do Marco Regulatório da Comunicação, cuja importância e necessidade já foram expressas em outras produções (LAHNI e AUAD, 2012). Uma campanha nacional busca assinaturas e apoios ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica. Entre outros, em seu capítulo 2, artigo 4, o projeto de lei prevê estabelecer que

A comunicação social eletrônica reger-se-á pelos seguintes princípios e objetivos: [...] promoção da diversidade regional, étnico racial, de gênero, orientação sexual, classe social, etária, religiosa e de crença [...] e o enfrentamento a abordagens discriminatórias e preconceituosas em relação a quaisquer desses atributos,

em especial o racismo, o machismo e a homofobia. (Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica)

Nessa perspectiva, seriados como *The L Word* podem ser exemplares no que se refere à visibilidade lésbica, mesmo sendo uma iniciativa pontual e estando longe de serem suficientes e expressivos das lesbianidades vivenciadas no âmbito da sociedade brasileira. Mais do que essa ação de comunicação específica, entendemos a necessidade de produções sistemáticas, nacionais e internacionais. Ao ter essa carência como foco, o Marco Regulatório da Comunicação, como já previsto no projeto de lei de iniciativa popular, pode garantir o direito à comunicação para as mulheres lésbicas de forma contínua e necessária, de modo a assegurar a representação da diversidade das identidades produzidas e reveladas pela rica mistura das especificidades das categorias sociais.

Finalmente, encerra-se o atual conjunto de reflexões sobre violência contra mulheres lésbicas, com ênfase no estudo de *The L Word* e tomando como fio condutor uma situação de homofobia contra mulheres lésbicas no Brasil, com um conjunto de questões suscitadas pela escrita do presente texto. Que rotei-

ro aguardaria as personagens de *The L Word* diante da ofensa proferida pela secretária do curso de Pós-Graduação às docentes lésbicas em companhia de sua filha? Na série, há um casal de mulheres com uma filha e, no universo da sociedade norte-americana, comumente percebido como judicializado, talvez alguns episódios poderiam ser gastos até que a homofobia fosse devidamente punida e mães e criança tivessem assegurado seu direito de ir à padaria, sem sofrer ataques homofóbicos. E, no Brasil, o nosso *The Real World*? O que irá acontecer nas próximas temporadas, em nosso país, onde não há Marco Regulatório para assegurar a representação de mulheres lésbicas e famílias compostas por casais do mesmo sexo, onde houve o veto presidencial ao Kit Anti-Homofobia e a mesma Presidenta recebe em seu gabinete visitas de entidades religiosas que sustentam que famílias compostas por homossexuais não são famílias? Quantos episódios de homofobia ainda afastam mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais de um final feliz e igual ao dos heterossexuais em dignidade e direitos?

## REFERÊNCIAS

ABBOT, Deborah; FARMER, Ellen. *Adeus, Maridos: mulheres que escolheram mulheres*. São Paulo: Summus, 1998.

AGOSTINI, Adriana. *Lésbicas na TV: The L Word*. São Paulo: Editora Malagueta, 2010.

ASSIS, Ryan Brandão B.R. *Cidadania na TV: um estudo sobre personagens femininos e homossexuais na série Glee*. Juiz de Fora: FACOM, UFJF, monografia de conclusão de curso, 2013.

AUAD, Daniela. Ouro, Prata e a Resistência dos Nobres Metais. In: *Blog da Igualdade*. Brasília: Correio Braziliense, 08 de março de 2013. Site: [http://www.dzai.com.br/igualdade/blog/blogdaigualdade?tv\\_pos\\_id=125126](http://www.dzai.com.br/igualdade/blog/blogdaigualdade?tv_pos_id=125126)

\_\_\_\_\_. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. São Paulo: FEUSP, FAPESP, Tese de Doutorado, 2003.

BARBALHO, Alexandre. *Cidadania, minorias e mí-*

dia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11-14.

BORGES, L. S.. Lesbianidade na TV: Visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 363-384.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, 1992, p. 57-74.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicilia (org). *Vozes cidadãs*. São Paulo: Angellara, 2004, p. 41-56.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e traves-*

*tis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 75-90.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (coordenação). *Dictionnaire Critique du Féminisme*. Paris: Presse Universitaire de France, 2000.

LAHNI, Cláudia Regina; AUAD, Daniela. Comunicação na perspectiva da igualdade de gênero: apontamentos para o debate sobre Marco Regulatório. In: BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha (orgs.). *Políticas de comunicação e sociedade*. São Paulo: INTERCOM, 2012, p.307-334.

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA. Brasil, 2013. Site: [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br), acesso em 31 de maio de 2013.

SCOTT, Joan W. O Enigma da Igualdade. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 2005, p.11-30.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n.º 16, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Reading The L Word – Outing Contemporary Television*. New York: I. B. Tauris, 2006.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11-14.

VENCATO, Ana Paula. *Algumas garotas preferem garotas: The L Word*, sexualidade e as políticas de visibilidade lésbica. Rio de Janeiro: Trabalho de conclusão apresentado à disciplina “Tópicos Especiais em Saúde Coletiva: novos temas na abordagem Sócio-Antropológica da Sexualidade”, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – IMS – UERJ, em 2005/1.

ZAIDMAN, Claude. *La mixité à l'école primaire*. Paris: L'Harmattan, 1996.

*Artigo recebido em: 11/08/2013*

*Aprovado para publicação em: 06/12/2013*